

**ACTA**

Aos dez dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, José Manuel Fernandes Antunes, Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador Rui Vítor Costa – a) – Felicitou a publicação, no passado dia 28 de Agosto, dos Estatutos da Fundação Cidade de Guimarães; **b) -** Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Em primeiro lugar gostaria de registar e saudar a publicação, a 28 Agosto, do Decreto-Lei nº 202/2009 que instituiu a Fundação Cidade de Guimarães. Na Fundação Cidade de Guimarães e no seu trabalho estão depositadas muitos dos nossas ambições e com certeza os desejos de um bom trabalho que deixe marcas positivas em Guimarães, nas suas gentes, na sua cultura, no turismo que todos desejamos que cresça e se fortaleça. Na presente intervenção pretendo retomar a filosofia que presidiu à minha intervenção de 5 de Fevereiro deste ano. Nessa altura entendi, em nome dos vereadores eleitos nas listas do PSD, ser de primordial importância eleger a linha ferroviária, mais especificamente a ligação Guimarães-Porto, como um dos drenos de

mobilidade humana mais importantes para Guimarães no presente e de primordial importância para se constituir como uma importante porta de entrada em 2012. Uma ligação ferroviária que, entendemos, é necessária explorar de forma diferente do que até aqui tem acontecido: flexibilizando horários, encurtando as ligações em termos de tempo, enfim, uma ligação que vá de encontro às necessidades actuais e futuras (a muito curto prazo, diga-se) de Guimarães. Defendi então que se fizesse um **estudo** que fosse capaz de permitir um conhecimento interessado e independente sobre as necessidades os utentes ao nível desta linha Porto-Guimarães projectando as necessidades óbvias de uma ligação competitiva, cómoda e rápida, de Guimarães ao Porto tendo em visto a Capital Europeia da Cultura. Concordámos todos que faltava mais e melhor informação e o Sr. Presidente referiu, passo a citar, ser necessário “solicitar informação estatística sobre a utilização do serviço de transporte ferroviário, para posteriormente se tomar uma decisão”. Gostaria por isso de saber o que já foi feito (até hoje) neste campo particular, dentro da filosofia que enquadrou a minha intervenção há 7 meses, e quais as perspectivas que poderemos ter a este nível.

2 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Mostrou preocupação pelo facto de as Oficinas Gerais da Câmara Municipal contribuírem para a redução da qualidade de vida dos habitantes de Creixomil que residem nas proximidades daquela estrutura; **b) –** Defendeu o reforço da segurança nas obras de repavimentação, em curso, da Rua Capitão Alfredo Guimarães, mostrando preocupação pelo facto de as obras decorrerem sem qualquer impedimento de trânsito. Referiu, ainda, o mau estado de conservação da Rua Padre Avelino Silva; **c) –** Fez referência a uma descarga de resíduos na via pública junto da Escola EB1 Quinta do Vale, da freguesia de Polvoreira.

3 – Vereador Carlos Vasconcelos – Disse que a promessa eleitoral feita pelo Partido Socialista



de construção de cinco piscinas não tinha sido cumprida, considerando desonesto e demagógico o périplo efectuado pelo Presidente da Câmara pelas Vilas do Concelho para apresentação dos referidos projectos. **4 – Presidente da Câmara – a)** – Respondendo à intervenção do Vereador Carlos Vasconcelos, disse que todas as Juntas de Freguesia tinham sido consultadas antecipadamente e todas concordaram com a apresentação dos projectos tendo, inclusive, participado nas sessões de apresentação. No que diz respeito à “MUVIPAR”, disse que preferiu ter o prejuízo político do que outro tipo de problemas. **b)** - Sobre as Oficinas Gerais da Câmara Municipal, sedeadas em Creixomil, disse que estava a ser ponderada a sua instalação num outro prédio, onde é necessário proceder à respectiva desocupação; **c)** – Disse que a requalificação da Rua Padre Avelino Silva se encontrava em fase de concurso. **d)** – Disse que no âmbito da Capital Europeia da Cultura estava a ser estudada a hipótese de encurtar, em termos de tempo, a ligação ferroviária Porto-Guimarães. -----

----- INFORMAÇÕES -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **a)** – De uma comunicação do Serviço de Medicina Interna do Hospital de Guimarães dando conhecimento do programa de Informação Escolar Gripe A; **b)** – Da publicação dos Estatutos da Fundação Cidade de Guimarães no Diário da República, 1ª Série, nº 167, de 28 de Agosto de 2009; **c)** – Da inauguração, na passada quarta-feira, pelo Ministro da Administração Interna, das novas instalações da Guarda Nacional Republicana, em S. Torcato; **d)** – Da instalação, a partir da próxima segunda-feira, da Delegação do Ministério da Agricultura, nas antigas instalações da Guarda Nacional Republicana; **e)** – Da previsão de conclusão, ainda no corrente mês de Setembro, da empreitada do Balcão Único de Atendimento, o que vai permitir concretizar mais um projecto do Simplex Autárquico; **f)** – Da

concretização, no final do corrente mês, das obras de beneficiação nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Candoso S. Martinho e Sande S. Lourenço. **g)** – Da instalação provisória de parte da EB 1 Oliveira do Castelo, bem como da EB 2,3 João de Meira no antigo Colégio Egas Moniz; **h)** – No próximo Sábado será apresentada informação sobre as obras no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012; **i)** – Da inauguração, no próximo dia 30 de Setembro, das obras de Requalificação do Largo do Carmo. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços da Divisão do Património Municipal: “**EDIFÍCIO ESCOLAR DE SAMAR Nº 1 – ALTO, FREGUESIA DE LORDELO – USUCAPIÃO** – O Município é proprietário do prédio urbano situado na Rua do Alto, da freguesia de Lordelo, com a área total de 2.016,00 m², inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 2518º, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida em 29 de Julho de 2009, destinado a escola EB1, com o valor patrimonial de €317.220,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do identificado imóvel, desde tempos imemoriais aquele prédio tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do



mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar o respectivo registo na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”. **II – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão do Património Municipal:** **“AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DA CHARNECA, FREGUESIA DE CALDELAS –** De acordo com o despacho do Sr. Presidente datado de 22 de Julho de 2009, foi acordado proceder à ampliação do logradouro da Escola da Charneca, a fim de se concretizar o projecto de reformulação do recreio daquele edifício escolar. Assim, foi possível contactar a empresa proprietária do terreno pretendido para a indicada ampliação, a sociedade “José Augusto Mendes Ribeiro, Lda.”, com sede no Lugar da Veiga, freguesia de Sande S. Lourenço, deste concelho, a qual se disponibilizou a entregar a área de 1.144m² ao Município em troca de um acerto de extremas de terreno do logradouro da Escola, com a área de 674m², para integrar o seu prédio confinante. Atendendo à divergência de áreas a favor do Município e ao facto de em finais 2007 se ter procedido à avaliação, por perito externo ao Município, de uma parcela de terreno no mesmo prédio, pelo valor de €83,04/m², considera-se ser de manter tal valor para as parcelas em causa. Desta forma, o Município pode proceder à rectificação de extremas do seu prédio, descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 744/Caldelas, integrando a área de 1.144m² no seu logradouro, a qual será desanexada do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 1151/Caldelas, a confrontar do Norte com terreno do CART – Centro de Actividades Recreativas Taipenses, do Sul com terreno próprio, do Nascente com Escola EB1 da

Charneca e do Poente com Variante das Taipas. Por seu lado, o Município, procederá à desanexação de 674m² do seu prédio descrito Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 744/Caldelas, para rectificar as extremas do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 1151/Caldelas, através da parcela que confronta do Norte com restante terreno da Escola EB1 da Charneca, do Sul e Poente com José Augusto Mendes Ribeiro Lda. e do Nascente com arruamento público. Face a estes acertos de extremas, o prédio do Município ficará com área total de 4.122m², sendo 680m² de área coberta, confrontando no seu todo, do Norte com CART – Centro de Actividades Recreativas Taipenses, do Sul com José Augusto Mendes Ribeiro Lda., do Nascente com arruamento público e do Poente com Variante das Taipas. O prédio da empresa “José Augusto Mendes Ribeiro Lda.”, passará a ter a área total de 4.014,10m², mantendo a área coberta de 470m² e passando a confrontar do Norte com Escola EB 1 da Charneca, do Sul e Nascente com caminho público e do Poente com Variante das Taipas. Deste modo e em caso de despacho favorável, será atribuído o valor de €94.997,76, à parcela que o Município irá integrar no seu património e o valor de €55.968,96, à parcela que será entregue à empresa José Augusto Mendes Ribeiro Lda., considerando-se para efeitos de permuta que ambas as parcelas terão o mesmo valor de €94.997,76. À consideração superior”; **III** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: **“VENDA EM HASTA PÚBLICA DE 8 VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA E OUTROS – HASTA PÚBLICA Nº 5/2009** – Na sequência das informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Transportes, e após tramitação de todo o processo administrativo legal efectuada por aqueles serviços, foi



solicitada a venda de 8 veículos abandonados na via pública e outros, abaixo identificados, destinados à destruição e desmantelamento qualificado. -----

Nº	Marca/Modelo	Matrícula	Cor
1	Nissan	79-35-AQ	Branco
2	Citroen	11-65-FL	Branco
3	Ford	34-85-OR	Branco
4	Ford Fiesta	UD-01-21	Bordeaux
5	Ford Fiesta	-----	Branco
6	Opel Corsa	AO-09-50	Cinzento
7	Renault	42-74-FC	Cinzento
8	Seat Ibiza	76-20-ZP	Cinzento

Assim, submete-se à consideração superior a venda, em hasta pública, das supracitadas viaturas, conforme programa que se anexa, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da Internet do Município, de acesso público. À consideração superior”; **IV** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“VENDA DE TERRENOS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNCÍPIO – HASTA PÚBLICA** – Serve a presente para informar que no dia 3 de Setembro de 2009, pelas 10h00, no Auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão, procedeu-se ao acto público da venda em hasta pública de três terrenos situados nas freguesias de Brito e Ponte, conforme deliberação de Câmara tomada em reunião realizada em 23 de Maio de 2009, tendo sido lavrada a respectiva acta. A praça ficou deserta em virtude de não terem sido recebidas propostas escritas dentro do prazo estipulado no Programa da Hasta Pública e pelo facto de não terem

comparecido interessados em licitar. Assim, deverá este assunto ser apresentado a reunião de Câmara para conhecimento. À consideração superior”; **V** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“PERMUTA DE TERRENOS DA FEIRA SEMANAL DE CALDELAS E TERRENO SOBRANTE DA VARIANTE DAS TAIPAS** – Na sequência do despacho do Sr. Presidente, datado de 5 de Agosto de 2009, cumpre informar que através das nossas informações números 344 e 382 de 9 de Julho de 2009 e 5 de Agosto de 2009, respectivamente, de que se juntam cópias, foi exposta a situação referente à permuta de terrenos indicados em epígrafe. Esta permuta tem enquadramento legal na alínea f) do nº. 1, do artigo 64º, da Lei nº. 169/99, de 10 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, segundo a qual é da competência da Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública. Esta competência encontra-se delegada no Presidente da Câmara, conforme deliberação tomada em reunião de Câmara de 28 de Outubro de 2005. Deste modo a permuta dos terrenos aqui em causa poderá ser formalizada através de despacho do Sr. Presidente da Câmara, de que deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal, na reunião que imediatamente se lhe seguir, nos termos do nº. 3, do artigo 65º, do mesmo diploma legal. À consideração superior”. **VI** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 27 de Julho de 2009, que aprovou a conta final da empreitada designada por **“Execução de Infra-estruturas do Loteamento de Sande Vila Nova”**, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 – Por despacho do Vereador com poderes delegados, Domingos Bragança,



datado de 25 de Junho de 2008, foi a empreitada em título adjudicada à empresa Higino Pinheiro & Irmão, Lda., pelo valor de €170.779,82 + IVA. 2 – O valor final dos trabalhos contratuais é de €156.846,38 + IVA. 3 – Nesta empreitada verificou-se a existência de €13.933,44 + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 8,16%. 4 – Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 – Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 – Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda só foram publicados os índices definitivos até Dezembro de 2008. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €1.617,76 + IVA. 7 – Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €158.464,14 + IVA, sendo €156.846,38 + IVA de trabalhos contratuais, €1.617,76 + IVA auto provisório relativo à revisão de preços e o Auto Final no valor de €5.612,47 + IVA. 8 – Para cumprimento do disposto no n.º 1, do art.º 220º, do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 – De acordo com o n.º 1 do art.º 222.º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir a sua reclamação fundamentada”; **VII – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 2 de Setembro de 2009, que aprovou a repartição de encargos da obra designada por “Reperfilamento da Rua Moura Machado – Azurém”, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano de**

Actividades para o ano de 2009 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €390.000,00 (trezentos e noventa mil euros), destinada a suportar a despesa, com a rubrica 09.01.35. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “M. Couto Alves, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 30/08/2009, pelo preço de €319.862,65 (trezentos e dezanove mil oitocentos e sessenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2009** – €227.117,56 (duzentos e vinte e sete mil cento e dezassete euros e cinquenta e seis cêntimos) + IVA = €238.473,44 (duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e setenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos); **Ano de 2010** – €92.745,09 (noventa e dois mil setecentos e quarenta e cinco euros e nove cêntimos) + IVA = €97.382,34 (noventa e sete mil trezentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos); **VIII** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 7 de Setembro de 2009, que adjudicou a empreitada designada por “**Reperfilamento da Rua Moura Machado – Azurém**” ao concorrente “M. Couto Alves S.A.”, pelo valor de €319.862,65 (trezentos e dezanove mil oitocentos e sessenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 120 dias; **IX** – Do despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 28 de Agosto de 2009, que adjudicou o transporte escolar de alunos do 1.º CEB ao concorrente “Arriva Portugal – Transportes, Lda.”, pelo preço contratual de €169.302,00 (cento e sessenta e nove mil trezentos e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor (5%); **X** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 20 de Agosto de 2009, que adjudicou a Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho ao concorrente “Barcamedis – Medicina no Trabalho, Lda.”, pelo valor de €151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos euros), isento de IVA. -----



----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador José Manuel Antunes por não ter estado presente naquela reunião. -----

CÂMARA – SUSPENSÃO DE MANDATO – VEREADOR JÚLIO MARTINS FARIA MENDES – Presente o seguinte requerimento apresentado pelo Vereador Júlio Martins Faria Mendes: “Mantendo-se os pressupostos do meu requerimento de 13 de Maio de 2009, de que junto cópia, venho requerer a V. Ex.^a se digne submeter a votação na próxima reunião de Câmara Municipal a prorrogação do prazo de suspensão do meu mandato autárquico, por mais 90 dias, nos termos do n.º 5 do art.º 77.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com efeitos a partir da presente data (17 de Agosto de 2009)”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR.** -----

VOTO DE LOUVOR – JUBILEU SACERDOTAL DO MONSENHOR JOSÉ MARIA LIMA DE CARVALHO – Presente a seguinte proposta: “Por ocasião do jubileu sacerdotal do Monsenhor José Maria Lima de Carvalho, não poderia a Câmara Municipal de Guimarães deixar de se associar, através deste voto de louvor, às justas homenagens que amigos, instituições, paroquianos e cidadãos em geral promoveram recentemente para celebrar 50 anos de uma vida dedicada ao próximo. Como tive oportunidade de referir na sessão de lançamento do livro editado a propósito de tão significativa efeméride, a Câmara Municipal de Guimarães tem a agradecer, desde logo, a vizinhança próxima, apelativa,

sentida e partilhada da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira sob a égide do Monsenhor José Maria, um aliado da primeira hora da reabilitação do nosso casco histórico que sempre dedicou uma especial sensibilidade relativamente às fragilidades do nosso património e ao superior interesse de que se reveste a sua conservação. Nada que surpreenda em alguém culturalmente interessado e empenhado, que nunca descurou, desde logo, a preservação do riquíssimo património de arte sacra de que tem sido incansável guardião, conservador e promotor. Porém, é a sua obra social que mais interessa relevar nesta ocasião. Lídimo, intérprete da melhor tradição católica, o Monsenhor José Maria Lima de Carvalho entendeu sempre que a sua devoção e actividade religiosas eram inextrincáveis do apoio aos seus paroquianos, da palavra amiga, do conforto nas horas de infortúnio, da presença nas de alegria. E foi este seu modo de estar, este sacerdócio devotado ao bem comum, que lhe terão dado ânimo e forças para erguer um conjunto de equipamentos sociais que são a todos os títulos modelares, pelo relevante serviço público que prestam. Nesta hora de celebração do seu jubileu sacerdotal, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães aprove o presente Voto de Louvor, expressando ao Monsenhor José Maria Lima de Carvalho o nosso sincero e sentido reconhecimento por ter sido, e continuar a ser, afinal, um cidadão exemplar a quem muito devemos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS – Presente a seguinte proposta, apresentada pela Vereadora Ana Amélia Guimarães: “Atendendo ao imperativo de promover o acesso generalizado das populações à fruição dos bens e das actividades culturais, objectivo básico fundamental de qualquer política de democratização cultural, e na linha do protocolo a celebrar entre o Ministério da Cultura/Direcção Geral das



Artes, o Município de Guimarães e a Cooperativa A Oficina, que se vota hoje aqui, nesta reunião, e que tem como objectivos, nomeadamente a “captação de novos públicos locais” (cf. Cláusula primeira, ponto dois alínea c)). Atendendo que Guimarães se caracteriza como um dos concelhos que têm uma larga maioria dos habitantes a residir fora do centro urbano/cidade. Atendendo, também, que devemos promover o uso dos transportes públicos, a CDU propõe a constituição de um grupo de trabalho constituído pelos vereadores e técnicos da Câmara Municipal para estudar a questão dos transportes urbanos de passageiros cuja concessão termina em 2011, mas que tem de ser denunciada um ano antes.”

DELIBERADO REPROVAR POR MAIORIA. Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Armindo Costa e Silva, César Machado e Amadeu Portilha, tendo o Presidente da Câmara usado o **voto de qualidade** depois de se ter verificado empate na primeira votação. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – PROCEDIMENTO – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 17 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Os elementos do júri do presente procedimento em n.º de 5 (3 efectivos e 2 suplentes) foram designados pela Câmara Municipal aquando da abertura do procedimento. Constata-se, porém, que na presente data se encontram em gozo de férias 3 desses elementos, o que invalida a constituição de um júri com 3 elementos efectivos. Assim, para que o júri possa funcionar com os 3 membros obrigatórios por lei, proponho que seja designado o Arq. José Filipe Tavares Fontes, Chefe de Divisão de Estudos e Projectos, para integrar aquele júri, até ao regresso de um dos membros do júri inicialmente designado”. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 17 de Agosto de 2009, que aprovou a lista de erros e omissões da empreitada designada em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objecto de análise por parte do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico que, para este efeito, contactou os respectivos projectistas. Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art.º 61.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a aprovação da lista de erros e omissões é da competência da Câmara Municipal, órgão que, neste processo, é competente para a decisão de contratar, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites. Submete-se, assim, à consideração do Vice-Presidente da Câmara Municipal, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, que será objecto de ratificação na próxima reunião de Câmara. Ainda de acordo com o n.º 6 daquele preceito legal, a decisão tomada deve ser publicitada na plataforma electrónica VORTALGOV, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão, ainda, os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 20 de Agosto de 2009 até às 17:00 e abertas às 10:00 do dia útil imediato e que, se houver algum interessado que já tivesse elaborado a proposta, deverá eliminá-la iniciando uma nova, tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida”. A lista mencionada dá-se aqui por reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**



RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 DE JOÃO DE MEIRA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS –

Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano de Actividades para o ano de 2009 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €1.000.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 01.05.06. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Casais – Engenharia e Construção, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 02 de Setembro de 2009, pelo preço de €4.541.370,67 (quatro milhões quinhentos e quarenta e um mil trezentos e setenta euros e sessenta e sete cêntimos) + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2009** – €1.362.460,83 (um milhão trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e sessenta euros e oitenta e três cêntimos) + IVA = €1.430.583,87 (um milhão quatrocentos e trinta mil quinhentos e oitenta e três euros e oitenta e sete cêntimos); **Ano de 2010** – €3.178.909,84 (três milhões cento e setenta e oito mil novecentos e nove euros e oitenta e quatro cêntimos) + IVA = €3.337.855,33 (três milhões trezentos e trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e três cêntimos)”. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente Casais –

Engenharia e Construção, SA, pelo valor de €4.541.370,67 (quatro milhões quinhentos e quarenta e um mil trezentos e setenta euros e sessenta e sete cêntimos), para um prazo de execução de 300 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O Relatório Final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FORNECIMENTOS – CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MICROGERAÇÃO COM POTÊNCIA DE 3,68 KW E SISTEMA SOLAR TÉRMICO – INFORMAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte

informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Na sequência do Programa “Renováveis na Hora”, promovido pelo Governo, a Câmara Municipal de Guimarães, em tempo oportuno, conseguiu registar com sucesso seis unidades de microgeração a aplicar na EB1/JI Charneca, na freguesia de Caldelas, EB1/JI Alto da Bandeira, na freguesia de Creixomil, EB1/JI Deserto, na freguesia de Prazins Santo Tirso, EB1/JI Alto, na freguesia de Lordelo, EB1/JI Soutelo, na freguesia de Pinheiro e EB1/JI Quinta do Vale, na freguesia de Polvoreira. Para beneficiar desta possibilidade de produzir energia eléctrica através da luz solar, e com isso auferir receitas adicionais é agora necessário proceder à instalação e montagem dos sistemas solares fotovoltaicos e térmicos em todas as escolas referidas. Com estas instalações serão ainda reduzidos os consumos relativos ao aquecimento de águas. As energias renováveis, a



eficiência energética e a rede de transporte de energia são uma das medidas previstas no art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro como medida destinada a minimizar os efeitos da crise financeira e económica internacional e a permitir o relançamento da economia portuguesa através de um plano de investimento público integrando um conjunto de medidas dirigidas às áreas prioritárias para o desenvolvimento do país. Aquele art.º 1.º do diploma legal citado refere que o presente decreto-lei estabelece medidas excepcionais de contratação pública aplicáveis aos procedimentos de concurso limitado por prévia qualificação e de ajuste directo destinados à formação de contratos de empreitada de obras públicas, de concessão de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, necessários para a concretização de medidas nos seguintes eixos prioritários: *a)* Modernização do parque escolar; *b)* Energias renováveis, eficiência energética e redes de transporte de energia; (...). Atenta a necessidade de se contratar o fornecimento e montagem de microgeração com potência de 3,68kW e sistema solar térmico, a instalar nas seis escolas do ensino básico do concelho de Guimarães, propriedade do Município de Guimarães, o que constitui um eixo prioritário para o Município de Guimarães, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar que, nos termos do n.º 5 do art.º 1.º do mencionado Decreto-lei n.º 34/2009, deve ser objecto de deliberação em reunião da Câmara Municipal. Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 1.º daquele diploma legal propõe-se a adopção de um ajuste directo, sem publicação de anúncio no JOUE, ao abrigo do n.º 1 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 34/2009. Propõe-se ainda a aprovação das peças de procedimento em anexo (Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento). Relativamente à tramitação procedimental, e de acordo com o despacho do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança, datado do

passado dia 1 de Setembro, serão convidadas as seguintes entidades: - **AMBIELO** – com sede na Calçada Real, n.º 22, 4700-290 Braga; - **ELÍSIO PAULO E AZEVEDO, LDA** – com sede na Rua Domingos Monteiro, 572, Moses, Olival, 4415-717 Vila Nova de Gaia, - **ISETE** – com sede na Rua das Novas Empresas, n.º 237, 4785-540 Trofa. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: **Efectivos:** - a) - Presidente – Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais. b) - Vogal – Anabela Moreira Lima – Directora do Departamento Financeiro; c) - Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa. **Suplentes:** a) - Vogal – Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe da Divisão de Empreitadas; b) - Vogal – Carla Alexandra Castro – Técnica Superior. É designado para secretariar o júri: Maria da Graça Pereira Barbosa – assistente técnica. Propõe-se, ainda, que o júri do procedimento tenha competência para aprovação dos Erros e Omissões que venham a verificar-se no procedimento. O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta: “Nos termos da autorização concedida pela Assembleia Municipal em sua sessão de 24 de Novembro de 2008, proponho que a Câmara delegue na Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho a execução da obra de “Pavimentação da Rua da Boavista” até ao montante de €38.558,00 (trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e oito euros) + IVA à taxa de 5%, de acordo com



a medição de trabalhos efectuada pelo Departamento de Obras Municipais. Trata-se de uma rua que serve a Escola EB1 de Candoso S. Martinho, encontrando-se o piso muito degradado, pelo que, é urgente a sua pavimentação. Estima-se o prazo de 60 dias para execução dos trabalhos. Estes serão acompanhados e fiscalizados pelos serviços do Departamento de Obras Municipais e o pagamento será feito mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – REFORMULAÇÃO DO TRAÇADO DA EN 309 E DA ENVOLVENTE DA IGREJA DE RENDUFE – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Por deliberação de Câmara tomada em reunião de 24 de Maio de 2007, foi aprovado o pagamento de uma indemnização, de montantes a apurar futuramente, ao Sr. António Vítor da Costa Neves Silva, na sequência da reformulação do traçado da EN 309 e da envolvente da igreja de Rendufe. Em reuniões camarárias realizadas em 24 de Julho de 2008 e 5 de Fevereiro do corrente ano, foi deliberado indemnizar o Sr. António Silva dos valores apurados quanto às despesas decorrentes do processo de permuta dos imóveis que a reformulação do traçado acima indicado implicava, na medida em que este munícipe teve interposta, contra si, uma acção judicial para fazer valer um direito de servidão de passagem sobre a parcela de terreno que o Município entregou em permuta. Assim, de acordo com as indicadas deliberações, e tendo em conta que não foi obtido vencimento de causa no processo de recurso interposto junto do Tribunal da Relação, deverá ser submetido a reunião de Câmara o ressarcimento do valor de €1.044,48 (mil quarenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos) ao Sr. António Vítor da Costa Neves Silva, relativamente às despesas havidas no âmbito do identificado processo, conforme documentos comprovativos por si

apresentados, que desta forma se encontra findo, dado não existir mais qualquer possibilidade de recurso. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A REQUALIFICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DA ESCOLA BÁSICA JOÃO DE MEIRA – GUIMARÃES – Presente, para ratificação, o Acordo de Colaboração para Requalificação e Substituição da Escola Básica João de Meira – Guimarães, celebrado no passado dia 30 de Março de 2009 entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Direcção Regional do Norte e homologado pelo Secretário de Estado da Educação. O Acordo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----
EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO COM A DIDÁXIS – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Com base no artigo 4º da Portaria nº 959/87 de 26 de Dezembro, a Didáxis – Cooperativa de Ensino C.R.L., solicita para o ano lectivo 2009/2010 a renovação do acordo camarário para efectuar o transporte escolar, em autocarros próprios, dos alunos do ensino regular das freguesias de Guardizela e Serzedelo, bem como para os alunos dos Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais que, por razões de opção de curso, irão frequentar aquele Estabelecimento de Ensino e a delegação de S. Cosme do Vale. Esta Cooperativa propõe-se a efectuar o transporte dos alunos pelo valor do passe escolar e com base no número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos, fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes terrestres. Assim, e dadas as vantagens da celebração do referido acordo, propõe-se a renovação do Acordo Camarário a vigorar no ano lectivo



2009/2010. Mais se informa que esta despesa está cabimentada na proposta nº 4444, do Plano de Transportes Escolares para o Ano lectivo 2009/2010, aprovado em reunião de Câmara de 21 de Maio. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO COM O EXTERNATO DELFIM FERREIRA – ANO LECTIVO

2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Com base no artigo 4º da Portaria nº 959/87 de 26 de Dezembro, o Externato Delfim Ferreira, solicita para o ano lectivo 2009/2010 a renovação do acordo camarário para efectuar o transporte escolar, em autocarros próprios, dos alunos do ensino regular das freguesias de Guardizela e Serzedelo, com base no valor do passe escolar e número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos, fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres. Assim, e dadas as vantagens da celebração do referido acordo, propõe-se a renovação do Acordo Camarário a vigorar no ano lectivo 2009/2010. Mais se informa que esta despesa está cabimentada na proposta nº 4444, do Plano de Transportes Escolares para o Ano lectivo 2009/2010, aprovado em reunião de Câmara de 21 de Maio de 2009. À consideração superior”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – TRANSPORTES ESCOLARES – ADENDA AO ACORDO DE COLABORAÇÃO – CERCIGUI

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Agosto de 2009, que aprovou uma adenda ao Acordo de Colaboração celebrado em 3 de Agosto de 2007 com a Cercigui destinado a assegurar o transporte especial em ambulância da jovem Vânia Raquel Cardoso Pereira, residente na Vila de S. Torcato e a frequentar um Curso de Informática/Secretariado

no Centro de Reabilitação e Formação Profissional da Cercigui, comprometendo-se o Município a compartilhar mensalmente nas despesas do transporte no valor de €52,40, correspondente a 12,5% do valor do Indexante dos Apoios Sociais, em vigor no início do ano lectivo. A adenda ao acordo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 4 DE DEZEMBRO DE 2008 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA COLOCAÇÃO DE VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANO CIVIL DE 2009 – Presente para

ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Tendo sido deliberado em reunião de Câmara de 4 de Dezembro de 2008 aprovar, para o ano civil de 2009, a atribuição de verbas a várias entidades para a colocação de vigilantes para acompanhamento das crianças no transporte escolar, torna-se necessário, a partir de Setembro, proceder às seguintes alterações: suspensão da verba atribuída à Freguesia de Castelões, uma vez que o transporte escolar dos alunos da EB1 de Castelões vai ser assumido pela freguesia de Arosa; atribuição de uma verba mensal no valor de €200,00 à Freguesia de Figueiredo, devido ao encerramento da EB1 Entre Latas/Figueiredo; atribuição de uma verba mensal no valor de €200,00 ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, devido à integração de 10 alunos da EB1 Arcela/Costa na EB1 Monte Largo/Azurém. Assim, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara de 4 de Dezembro de 2008, conforme discriminado no mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE
CÂMARA DE 8 DE DEZEMBRO DE 2008 – ATRIBUIÇÃO DE
VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM
REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2009** – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Tendo sido deliberado em reunião de Câmara de 4 de Dezembro de 2008 aprovar, para o ano civil de 2009, a atribuição de verbas a diversas entidades que asseguram a alimentação e gestão em refeitórios escolares, torna-se necessário, a partir de Setembro, proceder às seguintes alterações: suspensão das verbas atribuídas ao Centro Pastoral D. António Bento Martins júnior e Infantário Nuno Simões, no valor de €400,00 e €800,00 respectivamente, uma vez que os alunos da EB1 Oliveira do Castelo irão, a partir de Setembro, beneficiar de um serviço de refeições por empresa de restauração nas instalações do Colégio Egas Moniz, onde provisoriamente e enquanto decorrem as obras de requalificação daquele edifício, irão funcionar as aulas; suspensão da verba atribuída à freguesia de Abação devido ao encerramento da EB1 de S. Cristóvão/Abação; alteração de €900,00 para €1.100,00 do valor da verba mensal atribuída ao Grupo Desportivo e Recreativo “Os Amigos de Urgezes”, devido ao aumento de alunos para almoço na EB1 Francisco Santos Guimarães/Urgezes; alteração de €200,00 para €400,00 do valor da verba mensal atribuída ao Centro Paroquial de Moreira de Cónegos, devido ao aumento de alunos para almoço da EB1 Ancide/Moreira de Cónegos; alteração de €500,00 para €300,00 do valor da verba mensal atribuída ao Agrupamento de Escolas João de Meira para a gestão do refeitório da EB1 S. Roque/Costa, dado que, no início do ano lectivo,

passa a beneficiar de um serviço de refeições por empresa de restauração com confecção própria no Estabelecimento de Ensino; alteração de €1.100,00 para €300,00 do valor da verba mensal atribuída ao Centro Social da Paróquia de Polvoreira para a gestão do refeitório da EB1/JI da Valinha/Polvoreira dado que, no início do ano lectivo, a escola passa a beneficiar de um serviço de refeições por empresa de restauração com confecção própria no Estabelecimento de Ensino; atribuição de uma verba mensal no valor de €1.200,00 ao Agrupamento de Escolas João de Meira para colocação de pessoal para acompanhamento na hora de almoço dos alunos da EB1 Oliveira do castelo, uma vez que, a partir de Setembro, os alunos irão beneficiar de um serviço de refeições por empresa de restauração nas instalações do Colégio Egas Moniz, onde provisoriamente e enquanto decorrem as obras de requalificação daquele edifício escolar, irão funcionar as aulas. Assim, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior”. ”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 18 de Dezembro de 2008 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009.



Importa, assim, submeter a ratificação, os despachos do Sr. Presidente que aprovam os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão

de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capitulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE BRITEIROS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de Julho de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas de Briteiros, o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1 de Souto Santa Maria que frequentam o apoio sócio-educativo a um espaço de diversão infantil e ao Museu Alberto Sampaio, nos passados dias 16 e 23 de Julho.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – CONGRESSO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA MILITAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente

a seguinte proposta: “Entre 30 de Agosto e 5 de Setembro está a decorrer no Porto o Congresso da História Militar. No programa desse Congresso foi incluída uma visita a Guimarães, tendo sido solicitada a colaboração da Câmara para a organização de uma recepção aos participantes. Foram recebidos por jovens, membros do Grupo Folclórico de Souto S. Salvador,

que ofereceram ramos de oliveira, um dos elementos constantes do Brasão da cidade. Tendo deferido a pretensão, cujos únicos encargos foram o serviço de transporte dos elementos do grupo, coloco à ratificação da Câmara Municipal o despacho que autorizou o pagamento das horas extraordinárias do motorista, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de Agosto de 2009, que disponibilizou ao Clube Desportivo de Ponte o transporte, em autocarro, da equipa sénior de futebol à Penha, no passado dia 29 de Agosto. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – JUNTA DE NÚCLEO DE GUIMARÃES DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Agosto de 2009, que disponibilizou, à Junta de Núcleo de Guimarães do Corpo Nacional de Escutas o transporte, em autocarro, dos elementos da fanfarra escutista à Penha, no âmbito da Peregrinação do Arciprestado de Guimarães, no próximo dia 13 de Setembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----

TRANSPORTES – I CONGRESSO DE ASSISTENTE OPERACIONAL DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Comissão Organizadora deste Congresso, em que participarão profissionais de todas as instituições nacionais de saúde, que decorrerá em Guimarães em 12 de Setembro, solicitou a cedência de transporte para os convidados do



Congresso, que se realiza na Universidade do Minho. Considerando o interesse da realização em Guimarães, proponho a cedência do autocarro do Município, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 29 de Maio de 2008, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Prazins Sta. Eufémia a verba de €9.441,95, destinada à obra designada por “Reabilitação do Centro Cívico e Envolvente à Sede da Junta de Freguesia”. Em 5 de Junho de 2008 foi elaborado e assinado o respectivo protocolo de atribuição de subsídio àquela Junta. A Junta de Freguesia de Prazins Sta. Eufémia vem informar esta Câmara que não lhe foi possível executar a obra em 2008 estando neste momento em condições de o fazer. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal autoriza uma prorrogação do prazo de protocolo até final do ano de 2009 e que a verba de €9.441,95 (nove mil quatrocentos e quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos) seja transferida para o corrente ano de 2009, para pagamento desses trabalhos. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – LAR DE SANTA ESTEFÂNIA – APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS – Presente a seguinte proposta: “A Direcção do Lar de Santa Estefânia, com sede no Largo Martins Sarmiento, n.º 50, nesta cidade de Guimarães, solicitou um apoio da autarquia para compartilhar nos custos de um conjunto de intervenções que pretendem fazer nas suas instalações, na sequência do esforço de recuperação e embelezamento do Largo do Carmo. Alega para o efeito que a instituição

pretende realizar, a breve prazo, um conjunto de intervenções, nomeadamente o restauro da porta principal da Igreja do Carmo, a instalação de sistema de protecção contra danos causados por aves, a limpeza de exteriores do edifício da Igreja e do edifício do Lar de Santa Estefânia, a recuperação de interiores da Igreja muito degradados, como forma de iniciar um processo de restauro completo do recheio. Segundo esta entidade, para a intervenção dispõem de um orçamento que importa em €25.000,00. Atendendo ao objecto da Instituição, não dispõem de meios financeiros que lhes permitam avançar sem o apoio de terceiros, pelo que solicitam o apoio da Câmara Municipal para este projecto que servirá o propósito de valorização da cidade. A Câmara Municipal reconhece o relevante serviço prestado por aquela entidade à comunidade, nomeadamente no apoio a jovens carenciadas que são abrangidas pela instituição em regime de internato, bem como às mais de 400 crianças contempladas pelas valências da instituição (creche, infantário e Actividades de Tempos Livres (ATL)) que funcionam em dois edifícios. Assim, proponho, ao abrigo da al. a) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Junho, que a Câmara Municipal atribua ao Lar de Santa Estefânia um subsídio no valor de €10.00,00 (dez mil euros), destinado a compartilhar nos custos com o conjunto de intervenções que pretendem fazer nas suas instalações. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores



eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO
“AMIGOS DE URGEZES” – LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE**

ÁGUA – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo e Recreativo “Amigos de Urgezes” solicitou o apoio municipal para os encargos da instalação do ramal de ligação à rede pública de água da sua nova Creche. Considerando o interesse social do equipamento e outros exemplos de apoios anteriormente concedidos, proponho que seja concedido um subsídio de €751,50 (setecentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 50% dos encargos a satisfazer, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os Vereadores eleitos nas listas do PSD votaram favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos apesar de continuarem a

acreditar que o incremento das ligações às redes de água e saneamento no concelho de Guimarães deve ser feito de forma transversal e sustentada e não casual e pontualmente. Os preços envolvidos são uma vez mais claramente elevados; que dizer então das famílias que passam por esta situação... Continuamos e continuaremos a defender uma verdadeira campanha de sensibilização das populações e, de forma concomitante, a redução em 50% dos custos de ligação às redes de água e saneamento, como foi por nós proposto em 10 de Outubro de 2002 e chumbado pelos vereadores eleitos nas listas do PSD”. -----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO DE

MEIRA – Presente a seguinte proposta: “A Escola EB 2,3 João de Meira vai realizar, em colaboração com o Centro Hospitalar do Alto Ave – Guimarães, um estudo pioneiro sobre a ingestão diária de sal, abrangendo 150 alunos. Considerando tratar-se de um projecto de elevado interesse para a promoção da saúde dos nossos jovens, proponho a atribuição de um subsídio de €800,00 (oitocentos euros) ao Agrupamento de Escolas João de Meira, correspondente aos encargos com as análises clínicas a realizar, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de



atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DO DISTRITO DE BRAGA – CAMPEONATO NACIONAL DE RÁPIDAS – Presente a

seguinte proposta: “A Associação de Xadrez do Distrito de Braga é uma Associação filiada na Federação Portuguesa de Xadrez, de âmbito distrital, com sede em Guimarães, a quem foi atribuída a organização do Campeonato Nacional de Rápidas que decorrerá no Multiusos de Guimarães nos próximos dias 2, 3 e 4 de Outubro. Solicitou apoio para a aquisição dos prémios a atribuir, peças de xadrez da autoria de uma artesã local, que importam em €345,00 (trezentos e quarenta e cinco euros). Considerando a importância do xadrez para a formação dos jovens e a dimensão do evento que envolverá cerca de mil participantes, proponho a atribuição de um subsídio de €172,50 (cento e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 50% dos encargos, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e

Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ACAPO – ASSOCIAÇÃO DE CEGOS E AMBLÍOPES DE PORTUGAL – COLÓNIA DE FÉRIAS –

Presente a seguinte proposta: “A ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal promoveu uma Colónia de Férias na Ilha da Madeira, na qual participaram seis vimaranenses. Os encargos com a participação foram distribuídos entre os beneficiados e a ACAPO, tendo esta solicitado apoio municipal. Considerando que os encargos a suportar pela Associação são de €1.800,00, proponho a atribuição de um subsídio de €500,00 (quinhentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO**



APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE BRITEIROS – CITÂNIA VIVA – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Briteiros vai levar a efeito em 6 de Setembro o evento “Citânia Viva” que inclui várias iniciativas junto à Citânia de Briteiros, recriando o ambiente da Idade do Ferro, como um “almoço castrejo”, um “Conselho de Anciãos”, um “torneio guerreiro” e um “ritual fúnebre”, cujos encargos se elevam a €4.800,00. Considerando o interesse cultural do evento, com acompanhamento científico da Sociedade Martins Sarmento, proponho que seja concedido um subsídio de €1.000,00 (mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa

está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE PARAQUEDISTAS DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Paraquedistas de Guimarães, com sede em Candoso S. Tiago, solicitou apoio para a sua instalação que será inaugurada no corrente mês de Setembro. Considerando o interesse da modalidade e a colaboração prestada a eventos em vários locais do concelho, proponho a atribuição de um subsídio de €1.000,00 (mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está



cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – DELEGAÇÃO DA PREFEITURA DE TAQUARI (BRASIL) – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 29 de Julho deslocou-se a Guimarães uma Delegação da Prefeitura de Taquari (Brasil) que veio acompanhar o Grupo Folclórico daquele Município. No âmbito desta visita, assumi o pagamento de despesas de restauração aquando da recepção oferecida à referida Delegação, no montante global de €608,00 (seiscentos e oito euros), que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores

Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CONFRARIA GASTRONÓMICA PANELA AO LUME – MOSTRA DE GASTRONOMIA PORTUGUESA –

Presente a seguinte proposta: “A Confraria Gastronómica Panela ao Lume está a comemorar o seu 23º aniversário e vai realizar uma Mostra de Gastronomia Portuguesa no Paço dos Duques, em 25 e 26 de Setembro, no decorrer da qual actuará a Banda de Música de Noreña (Astúrias) que igualmente realizará um concerto no Jardim da Alameda. Para estes actos solicitou apoio municipal para o alojamento na Pousada da Juventude de trinta e dois elementos da referida Banda, para os encargos com um almoço dos seus componentes, e na cedência de equipamento de som para os concertos a realizar. Considerando o interesse cultural da iniciativa e a ligação da referida Confraria a Guimarães, proponho a concessão do



alojamento com utilização da reserva anual do Município, a atribuição de um subsídio de €240,00 (duzentos e quarenta euros) e a cedência do equipamento solicitado, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTO DE SOLIDARIEDADE – Presente a seguinte proposta: “A entidade promotora do Curso Técnico de Informação e Animação Turística em Guimarães organizou, no passado dia 31 de Julho, no Parque da Penha, um evento de solidariedade que denominaram “Apenha-me”, com a participação de formandos de todos os cursos dinamizados actualmente

por aquela entidade nos concelhos de Guimarães, Braga, Esposende e Póvoa de Lanhoso, bem como formadores e colaboradores da instituição, representantes de Instituições Particulares de Solidariedade social dos diferentes concelhos e de entidades/organizações locais. O evento, de cariz essencialmente social, visava promover a partilha, o diálogo e a confraternização entre as pessoas de diferentes locais da região, numa iniciativa com um objectivo comum: recolher bens /donativos de natureza diversa, destinados a instituições de solidariedade que lidam com público desfavorecido. Foi solicitado à Câmara Municipal apoio logístico com a cedência de 200 t-shirts para oferecer aos participantes, transporte em autocarro, expositores e uma tenda barraca. Considerando o interesse local e a animação turística da iniciativa deferi, por meu despacho de 21 de Julho passado, a cedência do transporte em autocarro e das 200 t-shirts solicitadas, que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na al. b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Junho”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – “VERÃO TOTAL E ESPECIAL” – PROGRAMA DA RTP – Presente a seguinte proposta: “A RTP emitiu, no passado dia 30 de Agosto, um programa denominado “Verão Total e Especial”, transmitido do Largo Cónego José Maria Gomes, tendo solicitado à Câmara apoio na instalação eléctrica. Considerando o interesse da iniciativa, deferi a pretensão cujos encargos foram estimados em €250,00 (duzentos e cinquenta euros), o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**

Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos



e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ROAD-SHOW SOBRE ENERGIAS RENOVÁVEIS

– Presente a seguinte proposta: “O Ministério da Economia e Inovação promoveu, no passado dia 4 de Setembro, um Road-show dedicado à divulgação das energias renováveis, que terá lugar no parque de estacionamento na Alameda Alfredo Pimenta, tendo solicitado à Câmara apoio na instalação eléctrica. Considerando o interesse da iniciativa, deferi a pretensão cujos encargos foram estimados em €250,00 (duzentos e cinquenta euros), o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor

Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25, 27 a 33, 35 e 36 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE ATÃES – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE ATÃES – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de Julho de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Atães um apoio no valor de 50,08 (cinquenta euros e oito cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Atães, realizada entre os passados dias 17 e 19 de Julho. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas



seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO – FESTAS EM HONRA DO DIVINO SALVADOR – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Julho de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Pinheiro um apoio no valor de 34,17 (trinta e quatro euros e dezassete cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das Festas em Honra do Divino Salvador, realizadas entre os passados dias 17 e 26 de Julho. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição

política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA EM HONRA DO DIVINO SALVADOR – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Julho de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador um apoio no valor de 51,53 (cinquenta e um euros e cinquenta e três cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra do Divino Salvador, realizada entre os passados dias 3 e 6 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta



reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA EM HONRA DE S. ROMÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do

Presidente da Câmara, datado de 29 de Julho de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador um apoio no valor de 51,53 (cinquenta e um euros e cinquenta e três cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Romão, realizada entre os passados dias 7 e 10 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo

consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LONGOS – FESTA EM HONRA DE SANTA CRISTINA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Julho de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Longos um apoio no valor de 42,73 (quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Santa Cristina, realizada entre os passados dias 6 e 9 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO GRUPO FOLCLÓRICO DE SANTA CRISTINA DE LONGOS –

**XX FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Julho de 2009, que concedeu à Associação Cultural e Recreativa do Grupo Folclórico de Santa Cristina de Longos um apoio no valor de 46,03 (quarenta e seis euros e três centavos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do XX Festival de Folclore, realizado no passado dia 8 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – FESTA EM HONRA DE S. JORGE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Agosto de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Selho S. Jorge um apoio no valor de €187,87 (cento e oitenta e sete euros e oitenta e sete

cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Santa Cristina, realizada entre os passados dias 6 e 9 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Agosto de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova um apoio no valor de €152,66 (cento e cinquenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora da Assunção, realizada entre os passados dias 13 e 15 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade



orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTA EM HONRA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO – ILUMINAÇÕES

PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Agosto de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Barco um apoio no valor de €21,90 (vinte e um euros e noventa cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra do Santíssimo Sacramento, realizada nos passados dias 8 e 9 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os

vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA EM HONRA DE S. BARTOLOMEU – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS - Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Setembro de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho um apoio no valor de €48,02 (quarenta e oito euros e dois cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Bartolomeu, realizada nos passados dias 29 e 30 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego



que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – FESTA EM HONRA DO SENHOR DOS AFLITOS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Agosto de 2009, que concedeu, à Junta de Freguesia de Ponte, um apoio no valor de €156,69 (cento e cinquenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra do Senhor dos Aflitos, a realizar entre os passados dias 18 e 20 de Setembro. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica

noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----